

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No dia 19 de setembro de 2011, os servidores públicos federais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e demais membros associados da ASSINCRA / ES, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária para discussão da seguinte pauta: aumento salarial, doação dos produtos arrecadados no Café Solidário e encaminhamento das demandas da associação.

O Sr Presidente Pedro Penedo abriu a Assembléia, em segunda chamada, com a verificação de quorum, estando presentes 36 associados e demais membros da categoria, iniciando, em seguida, a leitura do edital de convocação com a ordem do dia.

Foram repassados os informes relativos às discussões acerca do aumento salarial previsto no Projeto de Lei Nº 2203 enviado ao Congresso Nacional e demais informes. Após essa etapa foi franqueada a palavra aos demais presentes na assembléia para que expressassem suas opiniões sobre o referido projeto de Lei.

Como consenso os servidores manifestaram repúdio ao aumento irrisório concedido pelo Governo Federal. Também foram muito presentes os questionamentos referentes ao posicionamento unilateral da Condsef/CUT, no sentido de aceitar a proposta do governo sem consultar os servidores do Incra. Também foi questionado nessas falas o fato de que o aumento proposto não cobre sequer as perdas devido a inflação no período. Também foi ressaltado que o último aumento concedido aos servidores do Incra ocorreu no ano de 2007, embora tendo sido implementado efetivamente apenas no ano de 2010.

Como encaminhamento da reunião será elaborada uma carta manifestando a indignação dos servidores da SR(20)ES com relação aos termos da Lei encaminhada ao Congresso.

Na ocasião foi solicitada pela diretoria da Assincra a indicação de entidades para receber as doações arrecadadas no "Café Solidário".

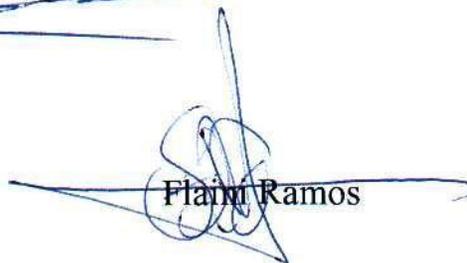
Em seguida foram os trabalhos encerrados e lavrada a presente ata.



Pedro Penedo



Jaime Neto



Flávia Ramos

CARTA DOS SERVIDORES DO INCRA-ES

À Presidenta da República, Dilma Roussef;
Ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence;
Ao Presidente do Incra, Celso de Lisboa Lacerda;
Ao Superintendente Regional, José Gerônimo Brumatti;
Ao Coordenador da Cnasi, Reginaldo Aguiar.

Considerando:

- 1. O atual quadro internacional de crise neoliberal e de proeminência das experiências soberanas de governo na América Latina, que apostaram em políticas voltadas ao desenvolvimento nacional, dentre elas a reforma agrária;*
- 2. A política econômica ortodoxa defendida por este Governo Federal, que privilegia o capital especulativo (45% do Orçamento Geral da União, em 2010, foi destinado ao pagamento de juros, amortizações e refinanciamento de dívidas), em detrimento do fortalecimento do Estado e do Serviço Público;*
- 3. A agenda das reformas estruturais democratizantes no Brasil está sendo pautada apenas por forças minoritárias no Executivo, Legislativo e no Judiciário, dificultando a efetivação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e de longo prazo, sem contracionismos; e*
- 4. A influência perniciosa e histórica, por parte dos grandes canais de comunicação de massa, com vistas a impedir a ocorrência de profundas transformações na estrutura social brasileira.*

Nós, servidores da SR(20) – Espírito Santo, decidimos em Assembléia Geral Extraordinária, por repudiar o aumento irrisório concedido pelo Governo Federal às carreiras de Reforma e Desenvolvimento Agrário. Esperamos que tal reajuste não seja impedimento para maior valorização do Incra e de seus trabalhadores (as) a partir de 2012. Para isso propomos: 1. Reposição salarial anual mínima, de acordo com a inflação pelo índice IGP-M/FGV, quando estiver positiva ao final do ano, evitando a evasão de profissionais; 2 – Realização de novos concursos públicos; 3 - Melhor estruturação da autarquia, para que possa fazer frente à sua nobre missão.

Por fim, ressaltamos que, a se manter a predominância da atual política de rebaixamento da importância estratégica da reforma agrária para o desenvolvimento nacional, seja por parte do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário e o conseqüente descaso com o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agrário, a categoria não se furtará a intensificar suas mobilizações nos próximos períodos, em união aos demais setores organizados da sociedade civil, comprometidos com a soberania e a ampliação da democracia no Brasil, que não ocorrerá sem uma efetiva realização da reforma agrária, dentre outras reformas estruturais democratizantes. Em nosso entendimento, este novo quadro não será possível sem a efetiva valorização do Estado e do Serviço Público.

Vila Velha - ES, 19 de setembro de 2011.